


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0022634-24.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Embargante: **Julio Cesar Ramires**
 Embargado: **Reginaldo da Silveira e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 22 de abril de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 2282/12

VISTOS

JULIO CÉSAR RAMIRES opôs os presentes **EMBARGOS À EXECUÇÃO** que lhe move **REGINALDO DA SILVEIRA e ALEXANDRO DE OLIVEIRA PÁDUA**, alegando, preliminarmente, a ausência de interesse processual. No mérito, confirmou que as partes convencionaram um contrato de honorários advocatícios, mas que nada deve aos embargados, alegando que o único ato realizado por eles foi uma petição inicial de uma ação cautelar. Além disso, os exequentes não observaram o prazo legal para propositura da ação principal, fato que causou danos ao embargante, justificando a rescisão do contrato avençado. Sustenta, por fim, que os exequentes agem de má fé, pois visam receber por um serviço não prestado. Diante o exposto, pediu o acolhimento dos embargos com a condenação dos embargados nas penas da litigância de má-fé. A inicial veio instruída pelos documentos às fls. 07/124.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Devidamente citados, os embargados impugnaram os presentes justificando que as alegações são visivelmente protelatórias. Alegam que não há que se falar em perda de prazo, visto que o início da atuação dos embargados deu-se em 22.06.11, ajuizando a ação principal em 18.07.11. Alegam também que o embargante possui “curioso histórico em não remunerar aos que efetivamente laboram em seu favor (...)” (textual, fls. 141). Desse modo, pediram a improcedência dos Embargos, bem como a condenação do embargante à multa por litigância de má-fé.

Pelo despacho de fls. 147 foi determinada a produção de provas. Os embargados a fls. 148 demonstraram desinteresse, o mesmo ocorrendo com o embargante (cf. fls. 150).

Pelo despacho de fls. 151, foi declarada encerrada a instrução; os embargados apresentaram memoriais às fls. 154/163 e o embargante apresentou razões finais de maneira remissiva às fls. 152.

A fls. 166 o julgamento foi convertido em diligência. Na sequência, os embargados peticionaram a fls. 168/169 e juntaram documentos às fls. 170/188.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Os embargos opostos não merecem acolhimento.

As partes se uniram por avença escrita (fls. 161 e ss).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O embargante contratou os serviços dos embargados para defender seus interesses nos processos n. 853/11 (5ª Vara Cível – Separação de Corpos) e n. 855/11 (1ª Vara Cível – Cautelar de Arrolamento de Bens).

Atos processuais foram realizados pelos exequentes conforme indicam a petição de fls. 168 e ss.

Destarte não corresponde a verdade com o consignado a **fls. 05.**

Para atuação na LIDE 1144/11 da 1ª Vara Cível não foi elaborado contrato e por essa razão os honorários dos exequentes estão sendo discutidos em ação própria (em curso pela 2ª Vara Cível – v. fls. 171 e ss.)

Todos os argumentos lançados na inicial, que dizem respeito a sobredita “contratação” são impertinentes ao desate desta LIDE.

O contrato de honorários celebrado (carreado a fos. 161 e ss) é título executivo extrajudicial (art. 24, da Lei nº 8.906/94), ainda que não esteja assinado por duas testemunhas – no caso foram lançados tais sinais. Nesse sentido, mais uma vez valemo-nos das anotações de Theotônio Negrão (pág. 1228, nota 1ª ao Estatuto da OAB):

O art. 24 da Lei nº 8.906/94 não exige a assinatura de duas testemunhas para que o contrato de honorários seja considerado título executivo (STJ – 3ª T., REsp 226.998 – DF, rel. Min. Menezes Direito, j. 3.12.99, não conheceram, v.u., DJU 7.2.00, p. 161). No mesmo sentido: STJ-RP 147/259 (4ª T., REsp 400.687), RJ 262/96”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por fim, as partes pactuaram um **valor certo de remuneração** sem especificar o mínimo de atos que seriam praticados. Aliás, a **cláusula 5ª prevê o pagamento integral mesmo na hipótese de revogação do mandato que de fato, ocorreu.**

Por fim, não vislumbro no caso dos autos a litigância de má-fé das partes. Cada uma postulou em Juízo a pretensão que entendia ser a correta. Não há nenhum elemento concreto que permita a aplicação de qualquer penalidade relativa à litigância indígna.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Diante do exposto e pelos demais elementos que dos autos constam, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos à execução, com fundamento no artigo 269, inciso I c.c. o art. 740, ambos do Código de Processo Civil, e o faço para determinar o prosseguimento da cobrança.

Condeno o embargante ao pagamento das custas e despesas processuais com o processamento dos embargos, além dos honorários de sucumbência, que fixo equitativamente em R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), salientando que o montante final será corrigido monetariamente de acordo com a Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a partir da publicação desta sentença.

Prossiga-se a execução



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P.R.I.

São Carlos, 25 de abril de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**